

# Entre futuros e ruínas: Os caminhos da Barra Olímpica

**Julia O'Donnell**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

**Lilian Amaral de Sampaio**

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil*

**Mariana Cavalcanti**

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

O artigo analisa o processo de urbanização da Zona Oeste carioca, desde uma perspectiva processual e etnográfica. A primeira parte traça um histórico da Barra da Tijuca, em que formas arquitetônicas e estilos de vida ligados ao bairro passam a extrapolar seu perímetro geográfico na construção material e simbólica da Barra Olímpica. A segunda examina as articulações políticas e transformações materiais pelas quais a região e seu mercado imobiliário passaram nos anos que antecederam a realização dos Jogos Olímpicos. Por fim, reflete sobre como as categorias “futuro” e “ruína” se entrelaçam de forma peculiar no desenvolvimento dessa região da cidade.

**Palavras-chave:** Barra da Tijuca, Barra Olímpica, urbanismo olímpico, expansão urbana, ruínas urbanas

**Between Futures and Ruins: The Ways of the Barra Olímpica** examines the urbanization of Rio de Janeiro's West zone from an ethnographic and processual perspective. The first section traces a history of Barra da Tijuca in which architectural forms and lifestyles extrapolate its perimeter in the material and symbolic construction the so-called Barra Olímpica region. The second part examines the political articulations and material transformations in the region and its real estate market in the years leading up to the 2016 Summer Olympics. Finally, it considers how the categories of future and ruins entwine in peculiar ways in the development of this region of the city.

**Keywords:** Barra da Tijuca, Barra Olímpica, olympic urbanism, urban expansion, urban ruins

## Introdução<sup>1</sup>

**N**a edição de 13 de novembro de 2017, a revista *Veja Rio* trazia como matéria de capa a reportagem “Herança maldita” (CERQUEIRA e PESSOA, 13/11/2017), que narrava a sequência de acontecimentos que culminou no maior desastre do mercado imobiliário na história recente do Rio de Janeiro: a comercialização do condomínio Ilha Pura. Localizado na baixada de Jacarepaguá, o empreendimento foi construído entre 2010 e 2014, quando teve o primeiro lote de unidades posto à venda. Caracterizando-o como “condomínio fantasma”, a matéria descreve como se deu o “encalhe” na venda das unidades, que resultou no fiasco de um projeto que se anunciava como a “nova centralidade na Barra da Tijuca”, conforme dizia um dos tantos cartazes que circundavam a obra durante o período de sua construção.

O Ilha Pura nasceu sob o signo da hipérbole. Projetado a partir de um consórcio entre as empreiteiras Carvalho Hosken e Odebrecht, o condomínio ocupa um terreno de 820 mil m<sup>2</sup>, no qual foram construídas 31 torres de 17 andares, divididas em apartamentos de alto padrão. Composta por ciclovias, lagos, oito quadras poliesportivas e pista de skate, sua área comum – um parque de 72 mil m<sup>2</sup> – procura reforçar a cada centímetro os motes da segurança e da



exclusividade. Vale mencionar que esses números correspondem ao projeto da primeira fase do empreendimento, na qual apenas 29,3% da área total do terreno foi construída. O projeto final previa que a partir de 2016 começariam a serem erguidas outras 60 torres, e implantados colégios, lojas de conveniência, shopping center e outros equipamentos urbanos que viriam a garantir ao Ilha Pura o perfil de um “bairro autônomo” independente de seu entorno.<sup>2</sup>

Em 2014, para promover a venda das primeiras unidades, iniciou-se uma intensa campanha por rádio, televisão e mídias impressas. Além disso, um luxuoso estande recebia os interessados com uma maquete de 165m<sup>2</sup> – a maior já construída no Brasil até então. Tratava-se de um ambiente luxuoso, explicitando a que público se destinava. Havia garçons servindo champanhe e acespipes, e um filme em tela 180°, narrado pela atriz Fernanda Montenegro, envolvia os espectadores em uma atmosfera de encantamento marcada pelo desfile de deslumbrantes paisagens aéreas da Barra da Tijuca, cercada pelos maciços da Tijuca e Pedra Branca com sua (ainda) impressionante cobertura de Mata Atlântica. A câmera passeava pelas praias e lagoas com águas (nem tão) cristalinas, contando uma breve história da ocupação da região e indicando o local onde está implantado o empreendimento. Ao lado do estande, um mirante convidava os visitantes a uma nova experiência: “Venha conhecer a Barra por um novo ângulo”.

Mas não foram apenas os atributos físicos que garantiram ao Ilha Pura grande destaque na mídia local. Construído para abrigar a Vila dos Atletas nas Olimpíadas de 2016, o empreendimento nascia com pedigree olímpico, despontando como sinal da materialização de muitas das expectativas e disputas em torno de um Rio de Janeiro do futuro.

Situado no entroncamento dos bairros de Camorim, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, o Ilha Pura emergia como um corpo estranho em uma região pouco adensada que sentiu, sem demoras, os efeitos de grandes investimentos públicos e privados no contexto de preparação para os Jogos Olímpicos. Em um raio de poucos quilômetros foram erigidas nada menos que 15 instalações destinadas a receber 23 modalidades esportivas, além de significativas melhorias no sistema de transporte, como a construção dos BRTs Transcarioca e Transolímpico e de hotéis, centros comerciais e condomínios. Crescentemente referida pelo mercado imobiliário como a “Barra Olímpica” – em uma alusão à sua proximidade com o conhecido bairro vizinho –, a região foi apresentada no website oficial da competição como o “coração dos jogos de 2016”. Idealizado como um ícone do legado olímpico, o Ilha Pura seria a materialização da ideia de que seria possível erguer ali um bairro sofisticado, circundado de eficiente infraestrutura urbana e serviços abundantes, o que elevaria automaticamente o valor das propriedades do entorno.

Conforme anuncia a reportagem referida na abertura deste texto, as expectativas não se cumpriram. Planejado para abrigar, em um primeiro momento, 3.604 apartamentos, o Ilha Pura teve apenas cerca de 10% de suas unidades vendidas desde seu lançamento em 2014. Em uma região onde

vultosas quantias de dinheiro público foram alocadas visando promover o desenvolvimento de uma nova fronteira de ocupação urbana aliada à liberação da legislação edilícia por meio do chamado Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens<sup>3</sup>, o empreendimento não decolou. Afinal, as visões do urbanismo olímpico compartilhadas pelos grandes empreendedores imobiliários e a Prefeitura do Rio de Janeiro foram vislumbradas sob a situação econômica e social favorável do final dos anos 2000 e início de 2010. Em 2015, no entanto, o contexto em que a candidatura olímpica havia sido anunciada havia se dissipado: a recessão econômica, os escândalos de corrupção envolvendo a Odebrecht e a instabilidade política inverteram as expectativas do mercado imobiliário para toda a cidade e, em especial, para a região. Em um esforço de recuperação de vendas, corretores foram treinados para seu relançamento no primeiro semestre de 2018, mas o ritmo das vendas segue lento.<sup>4</sup>

Mais que um fenômeno isolado, famoso por suas proporções, o Ilha Pura aglutina muitos dos aspectos envolvidos no processo de transformação urbana da Zona Oeste carioca desde os anos que antecederam a realização das Olimpíadas de 2016 até os dias de hoje. Assim, partimos desse caso emblemático para refletir sobre as transformações materiais e simbólicas de uma região que vem sofrendo drasticamente os efeitos de um ciclo marcado, de início, pela euforia das promessas trazidas pelos Jogos Olímpicos e, mais recentemente, pela crise econômica que afeta sobremaneira o mercado imobiliário local. Para isso, argumentamos que as mudanças recentes naquela parcela da cidade estão entrelaçadas a uma história particular dos futuros urbanos do Rio de Janeiro, que desde meados da década de 1970 empurram a fronteira urbana para o oeste. Procuramos, com isso, oferecer elementos para compreender o caso específico desse processo ainda em curso e, de forma mais ampla, refletir sobre dinâmicas historicamente consolidadas do crescimento urbano no Rio de Janeiro.

Para tal, acreditamos ser necessário entrelaçar a análise das intervenções urbanísticas mais amplas – e, por isso, mais visíveis – aos muitos interstícios que se colocam entre elas no decorrer do tempo e do espaço. Como lembra Akhil Gupta, esses investimentos do planejamento formal em infraestruturas sempre envolvem cálculos de futuro, ao mesmo tempo que tentam efetivar esse futuro imaginado, projetado e prometido (GUPTA, 2018, p. 63). Esse processo faz, de um lado, com que ideias de futuro configurem o presente e, de outro, aponta para a própria incerteza desses futuros planejados. Essa incerteza, por sua vez, sempre carrega a possibilidade da ruína e do abandono de certas formas materiais ou materialidades infraestruturais quando essa articulação entre presente e futuro se desfaz. Entretanto, a falência – ou ruína – de certos processos ou infraestruturas não se encerra em si mesma: as cidades se transformam, suas materialidades condensam novos significados e possibilitam a construção de novos futuros – imaginados, projetados e materializados. É nesse sentido que sugerimos, na parte final do artigo, atentar àquilo

que James Holston nomeia “formas insurgentes do social” (HOLSTON, 1996), chamando atenção para as muitas práticas urbanísticas que se acumulam a partir – e apesar – do planejamento formal.

É importante mencionar que este texto é resultado de diferentes frentes e projetos de pesquisa, que incluíram entrevistas com agentes imobiliários, técnicos da Secretaria Municipal de Habitação e com moradores de favelas. Também nos valem de uma série de levantamentos realizados no processo de confecção de um diagnóstico das favelas da região contratado pela Prefeitura do Rio, no âmbito do programa Morar Carioca, em 2012, do qual participaram duas das autoras. Finalmente, realizamos pesquisas em periódicos na hemeroteca da Biblioteca Nacional. A escolha por uma abordagem metodologicamente diversa se impôs em função do objeto pesquisado. Ao abraçarmos o desafio de analisar a transformação da Zona Oeste carioca em perspectiva processual e, ao mesmo, etnográfica, foi necessário conjugar fontes e métodos de natureza diversa, de modo que tempo e espaço pudessem atravessar o texto como eixos narrativos, mas também como categorias analíticas.

O texto se divide em três partes: na primeira, traçamos um histórico sobre a ocupação urbana da Barra da Tijuca, mostrando como o bairro deixou de designar um perímetro geográfico para remeter a um estilo de vida, levando ao seu estiramento simbólico a outras localidades da Zona Oeste carioca; em seguida, examinamos a construção material da Barra Olímpica, a partir das articulações políticas que a tornaram possível e das transformações que o projeto olímpico trouxe para os mercados imobiliários da região; por fim, analisamos os efeitos do período posterior aos Jogos Olímpicos na região, refletindo sobre como as categorias “futuro” e “ruína” se entrelaçam de forma peculiar no desenvolvimento daquela parcela da cidade.

### **Barra da Tijuca: um bairro de futuro(s)**

Uma nova Beverly Hills. Era assim que um grupo de moradores da Barra da Tijuca descrevia seu projeto para o bairro que deveria, segundo eles, se emancipar da cidade do Rio de Janeiro, tornando-se um município independente (OSMAN, 01/07/1987, p. 28). Só assim seria possível acabar com a crescente favelização da região, aumentar investimentos públicos e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. A ideia tomou corpo e, em 3 de julho de 1988, foi realizado um plebiscito para que os moradores se manifestassem sobre a ideia. A separação foi vencida nas urnas e a Barra continuou carioca.<sup>5</sup> Isso não significa, porém, que suas peculiaridades tenham sido esquecidas. Afinal, como lembra uma reportagem sobre a realização do plebiscito:

Não tem jeito. A Barra da Tijuca sempre será um bairro destacado da cidade do Rio de Janeiro pelas suas particularidades. (...) A diferença é tanta que, vulgarmente, poderíamos chamar a Barra da Tijuca de outra cidade. Ou pelo menos, de um grande subcentro, que atende em muito a zona oeste (BASTOS, 2012).

Visão similar teve o repórter americano Larry Rohter, que em 1999 descreveu o bairro para leitores do *The New York Times* como um lugar em que os novos-ricos adotavam um estilo de vida inspirado nos EUA (ROHTER, 04/10/1999, p. A04). Partindo da inusitada construção de uma réplica da estátua da liberdade em um shopping – não por acaso chamado New York City Center –, o jornalista adotava um tom francamente irônico para argumentar que o monumento estava em perfeita sintonia com a paisagem construída e com os valores dos moradores da região. Para ele, o bairro, que contava então com cerca de 170 mil habitantes, seria o habitat natural de um tipo diferente de carioca.

O estranhamento não se reduz, por certo, ao olhar do jornalista estrangeiro. A Barra da Tijuca é frequentemente identificada por moradores da tradicional e rica Zona Sul da cidade como uma região habitada por “emergentes” e pessoas adeptas de uma estética de gosto duvidoso.<sup>6</sup> Os rótulos não parecem, contudo, incomodar os defensores do bairro. Fisicamente separados da Zona Sul por um conjunto de altas montanhas cortadas por um túnel, moradores da Barra reproduzem, sob o mote da qualidade de vida, os termos de sua diferenciação com relação ao restante da cidade. Por qualidade de vida entenda-se, neste caso, segurança, praticidade e modernidade – as palavras mais acionadas pelos “barrenses” quando questionados sobre sua escolha por viver ali (LEMOS, 2008).

Com uma paisagem composta por pistas de alta velocidade, grandes shopping centers, pequenos núcleos comerciais, revendedoras de carros importados e condomínios de prédios e casas totalmente murados, a região reproduz, em sua ocupação, o modelo de cidades do Sun Belt americano – como Los Angeles, Phoenix e, é claro, Miami. A reprodução se reforça na hegemonia absoluta de empreendimentos com nomes em inglês: Garden Green, Ocean Front, Barra Square e Freeway são alguns dos nomes que fazem parte do cotidiano dos moradores do bairro, cujo estilo de vida é comumente marcado pela associação entre o lazer e o consumo.

Acusados pela “verdadeira” elite de quererem se destacar a todo custo, os “emergentes” da Barra careceriam do seu gosto refinado, marcado pela atenção a atividades culturais como teatros, museus, concertos e viagens a países europeus (LIMA, 2008). Ainda que contenha uma forte carga de estereótipo, tal perfil ganha reforços quando analisados alguns indicadores culturais: em 2010, a região contava com um percentual considerável de salas de cinema da cidade (32%), embora apresentasse índices baixos com relação à oferta de museus (2%), bibliotecas (3%), centros culturais (5%) e teatros (3%).

Com um crescimento populacional de 47% em uma década – enquanto a taxa para a cidade foi de apenas 8% –, a Barra da Tijuca chegou a 2010 com pouco menos de 200 mil habitantes<sup>7</sup> e a previsão de crescer 31% até 2020, quando deve alcançar a posição de terceiro bairro mais populoso

do Rio, ficando atrás apenas de Campo Grande e Jacarepaguá, regiões majoritariamente habitadas por camadas médias e baixas.<sup>8</sup> O entrelaçamento entre o espaço construído, os dados demográficos e as representações sobre os estilos de vida daquela região não pode, contudo, ser compreendido sem uma análise do seu processo de urbanização ao longo do tempo e do espaço. Permanentemente referida como o futuro da cidade, a Barra da Tijuca é feita também de um passado, cuja história é fundamental ao estudo dos sentidos da expansão urbana do Rio de Janeiro.

Continuação natural da orla oceânica da Zona Sul, a Barra da Tijuca começou a ser frequentada ainda na década de 1930, quando surgiram os primeiros loteamentos e vias de acesso que a ligavam, ainda que precariamente, ao restante da cidade. Composto por grandes e desertas parcelas de terra e uma praia que se estendia até onde os olhos podiam alcançar, o bairro demorou a despertar o interesse dos cariocas. Afinal, acostumados, desde a década de 1920 a ocupar a orla marítima como um espaço de lazer e sociabilidade, os moradores do Rio tinham em Copacabana, Ipanema e Leblon<sup>9</sup> praias de fácil acesso equipadas com toda sorte de serviços e facilidades. Não por acaso, entre 1932 e 1933, o ilustrador e naturalista Armando Magalhães Corrêa publicou no *Jornal do Brasil* uma série de reportagens sobre o “sertão carioca”, em que tratava do ambiente desconhecido e quase intocado da Barra da Tijuca e suas adjacências. Os textos apresentam a região a partir de sua fauna, sua flora e algumas esparsas construções, como um pequeno aqueduto e uma igreja modesta, compondo um cenário comparável, segundo o autor, à selva amazônica – ainda que “menos bravo”. Sobre a ocupação humana daquela área, Corrêa afirma ter encontrado ali pessoas completamente abandonadas pelos poderes públicos, sem assistência médica e sem instrução adequada, levando-o a concluir que “vivem esquecidos nessa vasta região do Distrito Federal, como se não fossem brasileiros” (CORRÊA, 1976, p. 236).

A ideia da Barra da Tijuca como um “território do vazio”<sup>10</sup> viria ser desafiada somente na década de 1960. O esgotamento urbanístico da Zona Sul – já completamente edificada e com graves problemas de trânsito – e a inauguração de Brasília<sup>11</sup> provocaram um movimento de reinvenção da “capitalidade” (NEVES, 1992) carioca que passava, entre outras coisas, por uma reflexão profunda acerca da morfologia da cidade. Atentos aos inúmeros problemas urbanísticos que se acumulavam e à baixa qualidade estética das construções produzidas pelo mercado imobiliário, especialmente em Copacabana, arquitetos passaram defender a necessidade de uma renovação urbana mais ampla, capaz de mudar o perfil e a vocação da antiga capital. Localizada à beira-mar e rodeada por lagoas e montanhas, a enorme faixa de terra plana praticamente desocupada da Barra da Tijuca despontou como o cenário ideal para que arquitetos, agentes do poder público e empresários do ramo imobiliário construíssem, juntos, o futuro da cidade.

O trecho a seguir, parte de um editorial publicado em 1968 no *Jornal do Brasil*, deixa claro o lugar ocupado pela Barra da Tijuca nesse movimento mais amplo.

A esperança de ver o Rio urbanisticamente passado a limpo dimensionou a Barra da Tijuca como a área selecionada para não permitir os erros sistemáticos que presidiram ao crescimento da cidade. Na Barra depositam os cariocas as melhores esperanças de dotar o Rio de uma fase onde se espelhe o próprio futuro. É por ali que deveria chegar toda uma nova concepção de vida urbana, liberta de todas as falhas que praticamente inviabilizaram os bairros novos, nos quais a especulação e os interesses mais desenfreados desfiguraram as possibilidades da existência nos padrões que hoje são reclamados pela grande cidade (OMISSÃO, 03/09/1968, p. 6).

Não foram poucas as obras feitas na cidade no período. A gestão do governador Negrão de Lima<sup>12</sup> foi marcada pelo investimento em obras de grande vulto, especialmente no setor viário. Uma pesquisa pelos periódicos da época permite perceber, porém, que a região da Barra da Tijuca concentrava, conforme expressa o texto acima, bem mais que projetos de ordem estritamente urbanística. Visto como espaço de redenção de uma cidade mal planejada, o bairro, até então pouco presente no imaginário urbano carioca, passava a representar o próprio futuro de uma cidade ávida não apenas por uma nova morfologia, mas também – e sobretudo – por uma nova concepção de vida urbana. Apesar de vaga, a ideia partia de uma certeza repetida à exaustão: a necessidade de evitar, no novo bairro a se criar, os erros cometidos em Copacabana. Referido como “um exemplo de problema que nos foi legado”, o famoso bairro da Zona Sul é reiteradamente apresentado como vítima da “exploração imobiliária” (RIO..., 02/06/1968b, p. 6) e da falta de planejamento, figurando como contraponto absoluto do futuro a ser construído na Barra da Tijuca.

A preocupação com a possibilidade de que a região fosse ocupada de forma predatória e desordenada fez com que o governo do Estado da Guanabara convidasse Lúcio Costa, autor do Plano Piloto de Brasília, para transformar a Barra da Tijuca na materialização de uma nova ordem urbana carioca. Em um momento em que o Rio de Janeiro buscava se reinventar à sombra de uma nova capital que tinha no planejamento urbanístico seu principal ativo, entregar o novo bairro às mesmas mãos que haviam desenhado Brasília parecia um tiro certo.

De fato, a exemplo do que fizera na nova capital do país, o arquiteto se inspirou nos princípios urbanísticos estabelecidos por Le Corbusier na década de 1920 para projetar a ocupação do bairro. Partindo dos quatro pontos fundamentais do urbanismo moderno – descongestionamento do centro das cidades, aumento da densidade, alargamento de vias e aumento das áreas de vegetação –, Lúcio Costa elaborou o “Plano-Piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá” (ou simplesmente “Plano Piloto da Barra da Tijuca”), entregue ao governador Francisco Negrão de Lima em junho de 1969. Ainda que se referisse a uma área correspondente a 10% do o território do município<sup>13</sup>, o documento extrapolava em muito os limites territoriais das intervenções previstas, configurando-se como um plano de reordenamento urbano de toda a cidade. Afinal, conforme ressaltava um jornalista do *Jornal do Brasil* logo após a

contratação do Plano Piloto, o governo considerava “a urbanização da baixada de Jacarepaguá como a construção de uma cidade dentro do Rio, porque a extensão territorial vai além de um simples bairro” (LUCIO..., 12/09/1968, p. 10).

Tal ambição se evidencia no princípio geral que perpassa todo o Plano: a construção de uma nova centralidade urbana na região da Barra da Tijuca. Aproveitando-se do fato de que parte daquela área correspondia ao centro geográfico do município, Lúcio Costa via no bairro o foco natural de encontro dos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste da cidade e que deveria, portanto, ser um ponto estratégico para a integração viária entre as diferentes regiões. Segundo ele, a intenção não era fazer dali “apenas um novo centro relativamente autônomo à maneira de Copacabana”, mas “um novo polo estadual de convergência e irradiação” (COSTA, 1969, p. 2). O projeto indicava ainda a construção de um Centro Metropolitano e um Centro Cívico, prevendo a transferência de órgãos do poder público municipal e estadual para a Barra da Tijuca, que passaria a rivalizar com a antiga região central o posto de epicentro político do Rio de Janeiro.

No projeto de Lúcio Costa, a Barra da Tijuca daria ao carioca outra forma de experimentação urbana, radicalmente oposta ao tumulto de Copacabana, onde uma multidão de pessoas das mais diversas camadas sociais disputavam, não sem dificuldade, um lugar nas calçadas, ruas e areias. No novo bairro, em meio a um espaço vazio de construções e de tradições, surgiria uma paisagem genuinamente moderna – feita de altas torres, belos jardins e enclaves residenciais próximos a praças e parques –, capaz de moldar não apenas os itinerários como também a relação dos cariocas com o espaço urbano.<sup>14</sup> Nesse sentido, mais que materializar a ideia de que o novo vetor de expansão da cidade deveria caminhar rumo ao Oeste, o projeto criava, conforme anunciava a revista *O Cruzeiro*, o Rio do ano 2000:

No ano 2000 o Rio será outra cidade, sediada em outro local com um centro metropolitano onde edifícios de 50 e 70 andares vão arranhar o céu – centros comerciais, centro cívico, centro científico e tecnológico, reservas biológicas, parques zoobotânicos, núcleo residencial e núcleo agrícola. Tudo isso está previsto no plano de Lúcio Costa, que fará do Rio – a nova cidade da Barra da Tijuca – a mais moderna do mundo (RIO..., 12/09/1968a, p. 32).

O entusiasmo do repórter não foi, porém, suficiente para que a profecia se cumprisse. O Plano foi apenas parcialmente implementado, e boa parte do que se concretizou vem sofrendo sucessivas alterações ao longo do tempo, em grande medida impulsionadas por demandas do setor imobiliário por meio da alteração de gabaritos, de usos originalmente previstos, e das condições de parcelamento do solo. No entanto, a visibilidade dada ao Plano pela imprensa e pelo governo jogou luz sobre a região, que passou a atrair empreendedores imobiliários e, sem demora, moradores. Em 1971, a abertura de um túnel ligando a Zona Sul à Barra da Tijuca deu forte

impulso à consolidação da primeira leva de ocupação do bairro, que foi reforçada pela expansão dos serviços de abastecimento de água e gás na região.

Mas, para além da viabilidade prática garantida pelas obras de infraestrutura, os novos moradores chegavam atraídos pela promessa de uma vida mais calma, prática e segura. Empreendimentos como o Centro da Barra, inaugurado em 1974, ofereciam grandes áreas de lazer e facilidade de acesso a serviços, garantindo aos seus condôminos uma nova maneira de viver. Em propaganda veiculada no *Jornal do Brasil* em 1971, quando começou a ser construído, o condomínio é apresentado como um paraíso, definido, por um lado, pela modernidade da paisagem construída e, por outro, pela proximidade da praia semivirgem. Com claro apelo a um público formado por homens jovens e economicamente estabelecidos, o anúncio convida o leitor a viver “junto ao mar” e a fazer “o negócio da sua vida”, mobilizando repertórios tão distintos quanto uma bela mulher em trajes sumários e a sugestão de dar ao filho “o direito de ser criança”. Em comum, a ideia de que o novo condomínios reproduzia os atributos da Zona Sul atlântica – como o estilo de vida praiano e a presença de belas mulheres –, acrescentando-lhe os benefícios da segurança e do bucolismo. A ideia é reforçada no anúncio do condomínio Nova Ipanema, de 1975, que tem como alvo jovens mulheres com filhos pequenos. Usando como chamada a frase “Estou indo à escola, fique sossegada, mamãe”, a propaganda mostra um menino caminhando ao lado de seu cachorro, prometendo devolver aos interessados “essa cena de um passado não muito distante” – garantido pelo fato de o condomínio ter uma escola particular dentro de suas dependências.

Imagem 1: Centro da Barra

**VIVA NO PARAISO**

**A NOVA FORMA DE VIVER**

**O NEGÓCIO DA SUA VIDA**

**TORRE JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

APARTAMENTOS DE 100m²	APARTAMENTOS DE 120m²	APARTAMENTOS DE 150m²
com 200,00 m² de terra	com 170 m² de terra	com 150 m² de terra
com 2.150,00 m² de terra	com 990,00 m² de terra	com 284,00 m² de terra

**TORRE CHARLES DE GAULLE**

APARTAMENTOS DE 100m²	APARTAMENTOS DE 120m²	APARTAMENTOS DE 150m²
com 200,00 m² de terra	com 170 m² de terra	com 150 m² de terra
com 2.150,00 m² de terra	com 990,00 m² de terra	com 284,00 m² de terra

**VIVA JUNTO AO MAR** • **O NEGÓCIO DA SUA VIDA**

VA COM SUA FAMÍLIA, CONHEÇA O CENTRO DA BARRA E ESCOLHA O SEU APARTAMENTO

Fonte: *Jornal do Brasil* (VIVA..., 02/06/1971, p. 15).

Imagem 2: Anúncio Nova Ipanema

**Estou indo à escola. Fique sossegada, mamãe.**

**NOVA IPANEMA**

**A NOVA CENSA DE VIVER**

Fonte: *O Globo* (ESTOU..., 12/07/1975, p. 5).

O condomínio Novo Leblon, inaugurado um ano depois, convidava o carioca a “viver onde você gostaria de passar suas férias”, em outra mostra do investimento do setor imobiliário na criação de um estilo de vida pautado na reunião de moradia, paisagem natural, lazer e serviços em um mesmo espaço. Nascia ali um verdadeiro *boom* de construção de condomínios fechados, que, sob a forma de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), davam perfil privado e restritivo ao ideal modernista das unidades de vizinhança – que previa extensões residenciais abertas ao público, dotadas de fácil acesso a comércio e a serviços públicos, como escolas, e marcadas por forte heterogeneidade social.<sup>15</sup> Com uma ostensiva separação entre um “dentro” e um “fora”, os novos condomínios da Barra da Tijuca apostavam na contratação de sistemas de segurança privada para oferecer aos seus moradores a tranquilidade que os tradicionais bairros da cidade pareciam já não poder garantir.

Nascia ali aquilo que Beatriz Jaguaribe (2014) classifica como uma relação paradoxal da Barra da Tijuca com o restante do Rio de Janeiro. Por um lado, um bairro que se define como “a quintessência do novo: uma novidade que é continuamente espetacularizada pelas propagandas do mercado imobiliário, na inauguração de grandes shoppings centers, na construção de novos empreendimentos” (JAGUARIBE, 2014, pp. 66-67)<sup>16</sup> e que faz da arquitetura do medo a materialização da cidade como mercado. Por outro, um bairro que se apropria do repertório urbano e cultural do antigo Rio de Janeiro para ressignificá-lo no enredo da construção de um futuro que só ali pode se concretizar – como fica claro no nomes dados aos condomínios Nova Ipanema e Novo Leblon –, mas também na recorrente reprodução em shoppings locais de marcos arquitetônicos da cidade – como os arcos da Lapa e o calçadão de Copacabana. Na foto abaixo, por exemplo, a fachada do Casa Shopping reivindica seu pertencimento à cidade por meio de verdadeiro *pot-pourri* de cenários do centro e da Zona Sul, em uma lembrança de que, a despeito da distância física e paisagística, se tratava de um estabelecimento genuinamente carioca.

Imagem 3: Fachada do Casa Shopping em 2015



Fonte: Acervo pessoal.

Ainda que delineado no decorrer da década de 1970, o paradoxo se consolidou nos anos seguintes, quando surgiram diversos empreendimentos destinados às atividades de comércio, serviços e lazer fora dos condomínios, além de um número expressivo de residenciais multifamiliares. Ao contrário dos primeiros edifícios do bairro, os novos condomínios eram construídos sem qualquer referência aos padrões de edificação previstos no Plano. Mudanças no gabarito permitido, que levaram à construção de torres de 30 andares, e no espaçamento previsto entre os condomínios tiveram grande impacto sobre a relação entre a paisagem construída e o cenário natural, atingindo um dos pilares do projeto de Lúcio Costa.<sup>17</sup> A vista da praia, antes garantida a todos, passou a ser privilégio de alguns, e altos edifícios passaram a projetar sua sombra na areia. O futuro da Barra da Tijuca parecia ter mudado definitivamente de rumo.

Ao longo da década de 1990, o significativo contingente populacional da região estimulou o surgimento de edifícios comerciais de maior porte, originando um novo *boom* imobiliário com o lançamento de complexos de salas comerciais e de escritórios. Simultaneamente, empreendimentos residenciais eram anunciados como a evolução dos condomínios privados. Propagandeando o conceito de *home office*, os novos prédios ofereciam sistema de rede computadorizada, conexão à internet e central de fax e xerox. No mesmo período, consolidou-se a imagem da região como lugar privilegiado do lazer e do turismo, com o lançamento de novas opções de entretenimento representadas, principalmente, pelos parques temáticos, como Terra Encantada, Rio Water Planet, Wet n' Wild<sup>18</sup>, e por modernas salas de cinema.

Ainda nos anos 1990, o bairro foi palco do surgimento de construções de inspiração cenográfica, como o Oceanfront Resort, inspirado em um condomínio de Miami que reproduz a arquitetura colonial espanhola, e o shopping Barra World, anunciado como “o primeiro shopping temático da América Latina”, onde o visitante encontra réplicas da Torre Eiffel e da Torre de Pisa, entre outros famosos monumentos europeus.

Com uma paisagem feita da sobreposição de distintos padrões arquitetônicos, a Barra da Tijuca chegava ao profético ano 2000 como um espectro do Plano que a idealizara. Não por acaso, em 1994, por ocasião da comemoração dos 25 anos de criação do Plano Piloto, Lúcio Costa afirmou não ter “lembrança de ter sido o criador deste projeto”: “Ele nasceu como um belo filho, muito elogiado e sempre querido. Depois cresceu e sumiu no mundo. A única certeza urbanística é a de que as coisas nunca ocorrem como planejadas” (CARNEIRO, 1994, p. 25).

A Barra da Tijuca consolidou-se como um espaço de morfologia peculiar, mas também como um mito que a associa ao projeto de ascensão social das camadas médias e baixas da população.<sup>19</sup> Nos interstícios das temporalidades e dos urbanismos ali acumulados repousam diferentes projetos de futuro que encontraram na vastidão daquela área a promessa de sua materialização.

Em 2006, em meio aos preparativos para os Jogos Pan Americanos de 2007, o jornal *O Globo* publicou um suplemento especial com o título “Barra: o futuro é aqui”. Afirmando que o bairro representava uma grande oportunidade “para quem busca qualidade de vida e uma boa-relação custo-benefício”, a reportagem partia do fato de que a região abrigaria a Vila do Pan (conjunto construído para abrigar os atletas da competição) para anunciar uma nova onda de investimentos públicos e privados naquela região. Situada a pouco mais de 15 km da orla da praia, a área a que se referia a reportagem, apesar de incluída no perímetro do Plano Lúcio Costa, não compartilhava da paisagem física e social da parcela da cidade reconhecida como a Barra da Tijuca. Atualizando os sentidos da relação entre aquele bairro e a expansão urbana da cidade, o jornal construía uma nova narrativa de futuro para a região, operando um claro deslizamento do capital simbólico da Barra para a área.

Três anos mais tarde, o anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 deu novo fôlego à questão. Destinada a abrigar a maior parte dos equipamentos construídos para o evento como a Vila dos Atletas, a Vila da Mídia e o Parque Olímpico, a região anteriormente reconhecida como o entroncamento dos bairros de Curicica e Jacarepaguá – tradicionalmente ocupados por moradores de camadas médias e baixas – passou a ser referida pela imprensa e pelo setor imobiliário como a “nova Barra” ou a “Barra Olímpica”, em claro esforço de ressignificação daquela área por meio do estiramento simbólico da vizinha Barra da Tijuca. As transformações na área, que inclui em seu perímetro o Centro Metropolitano idealizado por Lúcio Costa, foram anunciadas como o cumprimento, ainda que tardio, da centralidade urbana prevista pelo urbanista – agora concretizada ao gosto do capital privado, que já construiu um shopping e um hotel Hilton onde o Plano previa os edifícios do poder público. Mesmo distante, em suas formas e em seus sentidos, do Plano idealizado por Lúcio Costa, a Barra da Tijuca segue, ao que parece, apontando os caminhos e os significados do futuro da cidade.

### **A construção da Barra Olímpica**

Se a construção material e simbólica da Barra Olímpica representava a realização de projetos e aspirações há muito cultivadas pelo setor da construção civil, em particular pela Carvalho Hosken, a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro também tem sua história, que desnaturaliza a “vocação olímpica” que o projeto de 2016 tentou emplacar no discurso público. Ao fazê-lo, lança luz sobre as articulações políticas em múltiplas escalas que foram decisivas para a costura da candidatura vitoriosa em 2009 para os jogos de 2016 e que tiveram efeitos claros para a história dos futuros e dos destinos da região – e, não em menor medida, da cidade.

O primeiro defensor do projeto do Rio sediar Jogos Olímpicos foi César Maia, três vezes prefeito da cidade. Eleito pela primeira vez em 1992, sua gestão foi marcada por grandes projetos de obras urbanas, como o Rio Cidade e o Favela Bairro, que em parte explicam sua reeleição em 1996 e a eleição de seu ex-secretário de urbanismo, Luiz Paulo Conde, em 2000. Em 2004, Maia foi eleito novamente.

Foi a “era Maia” que trouxe os consultores de Barcelona para os corredores da sede da Prefeitura, inaugurando a hegemonia dos princípios de marketing da cidade e estratégias de marca (*branding*) na política urbana. Maia tentou trazer uma franquia do Museu Guggenheim, cujo projeto arquitetônico foi desenvolvido pelo francês Jean Nouvel e projetado na área do porto, precisamente no local onde o Museu do Amanhã foi construído. O plano Guggenheim foi arquivado em 2003, depois de uma longa batalha legal. Mas, como observou Paula Camargo (2012), Maia conseguiu concretizar seu desejo de deixar um monumento significativo projetado por um arquiteto com status de celebridade (ou *starchitect*, como se costuma dizer) como símbolo de seu legado na paisagem urbana. E foi exatamente na Barra da Tijuca, por meio de um projeto assinado por Christian de Portzampac, que Maia fincou a marca de sua administração na cidade: a Cidade da Música, lançada, ainda inacabada, em uma cerimônia melancólica nos últimos dias de seu último mandato como prefeito. Após a inauguração, o enorme complexo foi fechado por um longo período, drenando mais recursos públicos e excedendo o orçamento original em muitas vezes. Rebatizada como Cidade das Artes, em 2013 a construção tornou-se a sede da Orquestra Sinfônica Brasileira com o apoio financeiro da Carvalho Hosken e da Petrobrás, em um inegável movimento de credenciamento simbólico da região junto às elites, com a incorporação de equipamentos identificados com uma certa “alta” cultura.

A candidatura do Rio às Olimpíadas de 2004, lançada por Cesar Maia em 1996, previa a construção de instalações olímpicas na Ilha do Fundão, perto do aeroporto internacional, onde se localiza o principal campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O projeto propunha a construção de uma Vila Olímpica com 2.100 apartamentos, para cerca de 15 mil atletas; um estádio com capacidade para 80 mil pessoas; e a criação de um parque ecológico que seria a maior área de lazer da cidade. Previa também a construção da Linha Amarela, idealizada inicialmente no Plano Doxiadis, de 1965, que também foi de onde saíram as linhas mestras que guiaram a construção das vias expressas Transcarioca e Transolímpica no projeto olímpico gerido pelo prefeito Eduardo Paes.

Vale assinalar que, nesse desenho, a localização dos equipamentos olímpicos na Ilha do Fundão constituía ocasião e oportunidade para a revitalização dos antigos subúrbios industriais dilapidados. Essa era uma das justificativas do plano. A articulação em torno da candidatura também possibilitou o lançamento da campanha Agenda Social Rio 2004, liderada pelo sociólogo

Herbert de Souza, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O projeto intencionava aproveitar a mobilização em torno da candidatura olímpica para articular diversos setores da sociedade (levando em conta um forte componente de representação de moradores de favelas) em torno de cinco metas a serem alcançadas em 2004: “educação de qualidade para todas as crianças e jovens; todas as crianças bem alimentadas; favelas urbanizadas e integradas à cidade; ninguém morando na rua; e esporte e cidadania jogando no mesmo time” (PANDOLFI, 05/08/2013). Não deixa de ser irônico que, além do ruído dos aviões na Ilha do Fundão – em função de sua proximidade com o aeroporto internacional –, uma das razões atribuídas ao fracasso da candidatura de 1996 tenha sido as críticas de membros do Comitê Olímpico Internacional, em visita preliminar, ao despejo de esgoto *in natura* no Canal do Cunha.

Essa “pré-história” da candidatura vencedora é fundamental para entender como, na década seguinte, novos atores e combinações de investimentos privados e públicos fariam da Barra o “coração dos Jogos Olímpicos”.<sup>20</sup> A história da segunda candidatura é indissociável da trajetória política de Eduardo Paes. Sua vida pública começou durante o primeiro mandato de Maia, em 1993, quando foi nomeado subprefeito da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, aproximadamente a mesma área originalmente abrangida pelo Plano Lúcio Costa. Paes era então um estudante de graduação em direito de 24 anos de idade, e sua administração de três anos foi marcada por duas tentativas de remover a favela de Vila Autódromo: a primeira à força, em 1993, e a segunda por meio de ação de reintegração de posse, em 1996. Não é de surpreender que essas tentativas de remoção tenham ocorrido na mesma época em que a Carvalho Hosken começou a desenvolver a região ao longo das margens da Lagoa de Jacarepaguá, no contexto da construção do condomínio Rio 2.<sup>21</sup>

Esse foi apenas o começo de um drama social que duraria mais de duas décadas. Os discursos, planos e projetos urbanísticos para a região a representavam sucessivamente como um grande vazio à espera da chegada do “progresso” ou do “desenvolvimento”. Entretanto, esses episódios revelam a lógica do desenvolvimento urbano, bem como os novos atores envolvidos nos conflitos em torno da realização da cidade olímpica: empreendedores imobiliários, a Prefeitura e também moradores de favela. O início da década de 1990 testemunhou a expansão das favelas da região, juntamente com a institucionalização das associações de moradores por meio de um processo burocrático que incluiu o registro na Subprefeitura da Barra e de Jacarepaguá sob o comando de Paes.

Esses vínculos capilares com forças econômicas e políticas atuantes em diferentes escalas e níveis de agência no desenvolvimento da região desempenharam um papel importante na campanha vitoriosa de Paes para a Câmara Municipal no final de 1996. Em 1998, ele lançou outra campanha bem-sucedida para a Câmara dos Deputados, seguida por uma reeleição em 2002. Em 2006, no entanto, desistiu de seu mandato em Brasília para retornar ao Rio, agora como secretário

de Estado de Turismo, Esporte e Lazer sob o governo de Sérgio Cabral. Ocupou o cargo por pouco mais de um ano e então decidiu concorrer às eleições para a Prefeitura, em 2008. Sua eleição selou um alinhamento sem precedentes dos governos federal, estadual e municipal. Tudo isso aconteceu no contexto de elevadas receitas estatais provenientes do petróleo e da transição entre os governos Lula e Rousseff no nível federal, o que também envolveu investimentos maciços do Estado em infraestrutura, no âmbito das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em 2009, quando Paes tomou posse e a candidatura vencedora para as Olimpíadas foi anunciada, o otimismo geral decorrente da prosperidade econômica foi reforçado pelo sucesso inicial do Programa de Pacificação de Favelas. As favelas “pacificadas”, as Olimpíadas no horizonte, o aumento das receitas petrolíferas e um forte investimento em marketing urbano formataram um panorama de redenção de uma espiral de décadas de declínio social, decadência urbana e taxas de criminalidade crescentes.

A antiga relação de Eduardo Paes com a região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá foi determinante para que fosse escolhida como eixo central do novo projeto olímpico. Em meio ao cenário de grande otimismo, os olhares da cidade se voltavam novamente para a Zona Oeste, projetando ali, mais uma vez, as expectativas de construção do futuro da cidade. Como não poderia deixar de ser, a progressiva incorporação do antigo “sertão carioca”<sup>22</sup> ao tecido e à infraestrutura da cidade desencadeou uma série de novas disputas, afetando profundamente a paisagem e a dinâmica de toda a região, mas principalmente das imediações do bairro de Curicica, epicentro das futuras instalações olímpicas.

É sintomático que, antes de 2009, Curicica não figurasse como um bairro em si mesmo, de acordo com os registros da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi). Naquele ano, porém, passou a constar como um dos bairros de mais rápido desenvolvimento na cidade, se levado em conta o número de novas licenças de construção. Além de grandes empresas como a Carvalho Hosken, Odebrecht e Andrade Gutierrez, construtoras menores também começaram a lançar empreendimentos no entorno, passando a oferecer opções mais baratas àqueles que desejassem viver perto do *cluster* olímpico. Apesar de não sustentarem o luxo de condomínios como o Ilha Pura, esses novos lançamentos, concentrados na região da Estrada dos Bandeirantes, não poupavam esforços em marcar seu pertencimento à então nascente ideia de uma Barra Olímpica. Basta atentar para o fato de que boa parte dos empreendimentos lançados no período fez questão de sustentar o nome do bairro circunvizinho: Barra Dreams, Caminhos da Barra, Villas da Barra e Barra Up são apenas alguns exemplos.

Os anos que antecederam as Olimpíadas transformaram o entroncamento da Estrada dos Bandeirantes com a Avenida Salvador Allende em um gigantesco canteiro de obras. Toda a região foi afetada pela construção da Transolímpica, que trouxe em seu esteio a remoção de centenas de famílias ao longo do trajeto e, em 2015, a demolição quase completa da favela Vila União de

Curicica, na região da Barra Olímpica. Nas margens desse grande canteiro de obras, outros proliferavam. Os edifícios e condomínios formais, de diferentes escalas e padrões construtivos, eram particularmente visíveis, mas dentro das favelas da região os barulhos e visões de obras em andamento também eram constantes.

É preciso ressaltar que as favelas da dita Barra Olímpica já vinham se expandindo mesmo antes do ciclo urbanístico impulsionado pelos Jogos Olímpicos. Elas prosperavam justamente pelo fato de a região se encontrar na periferia da Barra da Tijuca. A construção do Autódromo, na década de 1960, do centro de convenções Riocentro, no final da década de 1970, a realização do Rock in Rio, em 1985, a construção do Projac, da TV Globo, e a consequente transferência de grande parte das operações da emissora para lá, em 1995, e, dez anos depois, a construção da sede da TV Record não longe dali, em Vargem Pequena, além dos Jogos Pan Americanos, em 2007, constituíam fontes constantes de empregos e de obras. Para além desses marcos na paisagem, a procura constante por mão de obra na Barra da Tijuca, tanto no setor de construção como no de serviços, continuou atraindo residentes de outras áreas da cidade para as favelas do que se tornaria a Barra Olímpica.

Como no exclusivo Ilha Pura, nos bairros planejados de alto padrão do entorno da Lagoa de Jacarepaguá e nos condomínios de classe média ao longo da Estrada dos Bandeirantes, a construção da Barra Olímpica também mudou o mercado imobiliário dentro das favelas. A favela de Asa Branca, por exemplo, era composta por 567 moradias em 2000, segundo o Censo, e praticamente dobrou de tamanho em dez anos, passando a 1.069 domicílios no Censo de 2010. Em 2012, a contagem domiciliar do programa Morar Carioca encontrou 1.565 domicílios, um aumento de 276% em 22 anos. Menos de um quilômetro adiante na Estrada dos Bandeirantes, a Vila Pitimbu passou de 61 casas em 2000 para 289 em 2010 e 417 em 2012, um aumento de 417% nos mesmos 22 anos. Todas as favelas da região sofreram aumentos similares no número de domicílios.<sup>23</sup> No entanto, imagens dessas comunidades não mostravam uma expansão horizontal significativa entre 2010 e 2012. Embora as contagens dos censos nas favelas sejam notoriamente imprecisas, uma breve visita a qualquer uma delas dissolve o mistério: o aumento surpreendente no número de famílias se deve à proliferação do mercado de aluguel de quitinetes.

Os mercados de aluguel de quitinetes são comuns em bairros formais e particularmente notórios em Copacabana. Lá, grandes edifícios de quitinetes foram construídos a partir da década de 1950 como parte do processo de verticalização do bairro, em um movimento associado à decadência de uma área outrora marcada pela presença das elites cariocas.<sup>24</sup> Já o mercado de quitinetes nas favelas cariocas também vem se constituindo em um dos fenômenos mais constatados e menos conhecidos do mercado imobiliário no Rio de Janeiro contemporâneo. Esse tipo de moradia é, historicamente, parte significativa da vida econômica das favelas, por constituir fonte de renda para famílias já estabelecidas (LEEDS e CAVALCANTI, 2018). Os estudos

pioneiros de Pedro Abramo (2009) e Gerônimo Leitão (2007) mostraram o crescimento e a vitalidade desse mercado. Segundo Abramo, a porcentagem de inquilinos em favelas subiu de 14,8%, em 2002, para 27,27%, em 2008 (ABRAMO, 2009, pp. 35-36). Esse aumento se refere em grande medida ao aumento da quantidade de quitinetes produzidas para aluguel: do total de unidades disponíveis para locação no Rio de Janeiro em 2008, 70,1% eram imóveis de um só cômodo (*Ibid.*, p. 41). Ou seja, a tendência de expansão do mercado imobiliário de quitinetes já se encontrava bastante consolidada antes dos investimentos e transformações urbanas relacionadas à realização dos Jogos Olímpicos na cidade. Entretanto, não resta dúvida que a sua realização impulsionou significativamente esses mercados.

É importante dizer que, na Barra Olímpica, o termo quitinete nomeia formas bastante diversas de moradia. Muitas são quartos construídos nas lajes, nos fundos ou cantos de casas unifamiliares, como uma fonte de renda extra para famílias já estabelecidas na região. Algumas evocam os antigos cortiços cariocas. Na versão da Barra Olímpica, entretanto, o acesso às unidades não se dá em torno de uma área comum central. As unidades tendem a se espremer ao longo de paredes de outras construções de igual densidade, em corredores labirínticos de pouca ventilação. Entre 2012 e 2014, quando realizamos parte do trabalho de campo que subsidia esta pesquisa, o aluguel dessas unidades giravam em torno de 350 reais por mês. Um dos *clusters* mais famosos de quitinetes era o edifício conhecido como Carandiru, localizado na favela de Asa Branca, cujo apelido aludia à penitenciária de São Paulo em função dos basculantes que faziam as vezes de janelas gradeadas em sua fachada. Outros eram localizados em fileiras de quitinetes aparentemente produzidas em massa, novos, com acabamentos mais recentes, onde o aluguel chegava a 800 reais por mês. Entre 2012 e 2014, a Vila Santa Maura ganhou duas novas ruas ladeadas de novos edifícios de quitinetes para aluguel, assim como todas as outras favelas da região. Esses *clusters* de quitinetes têm, em sua maior parte, proprietários ausentes, sobre quem muito pouco é dito. Não é segredo que se trata de áreas sob a influência de milícias e o mercado imobiliário da região é profundamente emaranhado com a evolução e a consolidação das práticas territoriais que garantem a própria reprodução cotidiana das milícias.

Os inquilinos das quitinetes são também bastante diversos: jovens recém-chegados do Nordeste, alguns deles com suas famílias, aspirantes a atores que procuram oportunidades nos estúdios da Rede Globo e famílias de outras favelas da cidade que tentam escapar do domínio do tráfico de drogas. Ouvimos rumores (não confirmados) de que em alguns dos maiores edifícios de quitinetes, o aluguel dos trabalhadores seria pago diretamente pelos empreiteiros vinculados às construções que se acumulam nas imediações. Alguns dos inquilinos de quitinetes residiam em outras cidades da Região Metropolitana, mas dormiam perto do trabalho durante a semana, dados os altos custos financeiros e de tempo para ir e voltar às suas residências todos os dias.

Enquanto as obras olímpicas estavam em curso, os negócios dentro das favelas prosperaram, valendo-se não apenas das muitas oportunidades de trabalho em construções do entorno, mas também dentro das próprias favelas, como na construção de quitinetes e na oferta de serviços para atender às demandas dos novos moradores. Restaurantes especializados em servir pratos feitos passaram a mudar a paisagem local no horário do almoço, provocando a movimentação de empregados de variadas empresas envolvidas na construção de moradias, estradas e instalações olímpicas.

Esses inquilinos de quitinete, quase invisíveis, foram atores-chave na construção da Barra Olímpica: proporcionaram o trabalho necessário para construir a infraestrutura e os caminhos que levam à materialização da nova frente urbana. Além disso, mantinham aquecido o mercado de aluguel de quitinetes e movimentavam o mercado local de serviços.

### **A 'Barra Olímpica' depois dos Jogos Olímpicos**

A referida reportagem da *Veja Rio* nos conduz a uma conclusão bastante linear, para não dizer óbvia, sobre os desdobramentos dos Jogos Olímpicos no mercado de imóveis e serviços da cidade. Afinal, a apresentação do maior empreendimento imobiliário ligado ao evento como uma “herança maldita” não deixa dúvidas: o “legado olímpico” resultou em um retumbante fracasso. O diagnóstico pode ser corroborado com outros tantos dados que apontam para o mesmo sentido, como o abandono Parque Olímpico, que perece a olhos vistos.

No caso do Ilha Pura, passados dois anos da publicação da reportagem, o panorama pouco mudou. Apesar de o condomínio já ter recebido os primeiros moradores<sup>25</sup>, o cenário ainda é deserto. Não por acaso, a Carvalho Hosken vem promovendo sucessivas campanhas de marketing nas redes sociais com o objetivo de encher os parques do empreendimento nos finais de semana, com a contratação de atrações que convidam famílias compradoras em potencial a passarem o dia nas áreas livres. Trata-se de tentativas de instaurar uma vitalidade ausente no gigantesco vazio que o empreendimento se tornou.<sup>26</sup> Mais do que isso, são tentativas de evitar que o condomínio se torne uma ruína pelo abandono, destino de alguns dos edifícios construídos em seu entorno durante o *boom* de investimentos na região e que sequer foram concluídos. São carcaças que se juntam a ruínas de outros períodos, em um panorama relativamente comum em regiões de fronteira urbana.

Imagem 4: Construção não terminada nas imediações da Avenida Salvador Allende em 2018



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 5: Terreno vazio a poucos metros da entrada do Ilha Pura em 2018



Fonte: Acervo pessoal.

Vale aqui a lembrança de que, ao aludirmos à ideia de “fronteira urbana”, remetemos a uma longa tradição de estudos sobre zonas fronteiriças desenvolvidos no campo da geografia, da antropologia e da sociologia (WAIBEL, 1979; RIBEIRO, 1977; MARTINS, 1996). Em análise sobre o tema, José de Souza Martins analisa os conceitos de frente pioneira e frente de expansão, ressaltando a importância de aliar a dimensão social aos aspectos espaciais na definição de fronteira e em seu uso para fins analíticos (MARTINS, 1996, p. 152). Afinal, o avanço de determinadas formas de ocupação espacial não pode ser compreendido sem a consideração das relações sociais ali envolvidas – que são, afinal, o que tornam singulares os sistemas sociais em

regiões de fronteira. Para o autor, essas regiões limítrofes são lugares de explicitação da diferença, onde se evidenciam e se manifestam concepções conflitantes de apropriação do espaço. Assim, ao pensar na região da Barra Olímpica como uma nova frente de expansão urbana, propomos refletir sobre como a presença de novos agentes sociais e a produção de novas paisagens construídas se interconectam com as pré-existências locais, expondo os muitos conflitos e negociações que vêm marcando o processo de adensamento daquela região.

É nesse sentido, ainda, que podemos perceber que as novas ruínas da Barra Olímpica vêm se somar a muitas outras em uma região que reúne, renovadamente, os anseios do futuro aos escombros de outros projetos urbanos. Revelam-se assim, a um só olhar, as muitas camadas de urbanidade que se acumulam na reiterada tentativa de fazer da Zona Oeste carioca o vetor de construção material e simbólica de um Rio do futuro.

Uma das mais famosas ruínas cariocas é a Torre H, localizada na Avenida das Américas. Ela compunha o projeto de um complexo de residências, lojas e escritórios inicialmente nomeado Centro da Barra e posteriormente rebatizado de Athaydeville.<sup>27</sup> Lançado ainda em 1969 pela Desenvolvimento Engenharia, o empreendimento seguia o projeto de Lúcio Costa e previa a construção de 76 torres cilíndricas de 36 andares, com desenho de Oscar Niemeyer. Esperava-se a inauguração das primeiras unidades em 1974, e a conclusão de todas as obras até 1980. As obras da Torre H foram iniciadas em 1970 e paralisadas em 1972. No final dos anos 1970, o projeto foi reduzido para quatro torres, das quais três foram construídas e apenas duas entregues, uma em 1990 e outra em 1994. Objeto de longas batalhas judiciais, a Torre H segue até hoje abandonada e em ruínas. Outros projetos, urbanismos e futuros transformaram a região, mas a torre H permanece como testemunho material remanescente de uma outra visão de futuro nunca efetivada.

Ao analisar os destinos e decadências do Palácio Gustavo Capanema e do campus modernista da UFRJ na Ilha do Fundão, Beatriz Jaguaribe (1997) discute como a ruína material desses edifícios torna legível o desmantelamento do “etos nacional modernista” que os produziu. Ela sugere a “figura paradoxal” da ruína modernista “como fragmento destrozado de um novo, danificado pelo outro novo do presente, que também será descartável. Descartável enquanto novo, mas não enquanto lembrança histórica” (JAGUARIBE, 1997, p. 101). Este é certamente o caso da Torre H, cujas incompletude e formas já caducas como expressão do novo evidenciam a falência de uma primeira ideia da Barra da Tijuca como lugar do futuro. Entretanto, sua permanência como ruína também é uma constante lembrança de que a cidade se refaz para além dos planos urbanísticos dos arquitetos e agentes do mercado imobiliário.

O Ilha Pura pode, nesse sentido, ser lido como o monumento de um certo urbanismo olímpico, marcado por ambições e promessas de um legado que empalidecia à medida que os Jogos Olímpicos se aproximavam. No meio do caminho ficou, por exemplo, o programa Morar Carioca, que visava

urbanizar todas as favelas da cidade até 2020 e foi reestruturado e reduzido em 2013. Foram mantidas apenas obras que já se encontravam em andamento antes da fase do concurso público do programa. Em 2015 e 2016, foram abandonados respectivamente os programas de despoluição da Baía de Guanabara e da Lagoa de Jacarepaguá. O Programa de Pacificação de Favelas se desmantelava já desde 2013 e chegou a 2016 como uma sombra do sucesso e dos apoios que havia angariado alguns anos antes.<sup>28</sup> As obras do metrô ficaram inacabadas e as da Transbrasil foram interrompidas e reiniciadas diversas vezes, sem sinais de conclusão próxima. A ciclovia Tim Maia, na Avenida Niemeyer, vem se desfazendo a cada chuva forte que cai sobre a cidade.

As ruínas olímpicas não se resumem, porém, ao plano material. Basta lembrar, por exemplo, do projeto de lei que visava criar formalmente o bairro da Barra Olímpica, apresentado em 2010 pelo vereador Carlos Caiado (DEM-RJ). Sob a justificativa de “registrar indelevelmente os Jogos Olímpicos da Cidade do Rio de Janeiro”<sup>29</sup>, trazia a ideia de que o novo bairro emergisse de uma subdivisão da Barra da Tijuca, Camorim e Jacarepaguá, abrangendo, entre outras áreas, a Vila do Pan, o condomínio Rio 2, a Vila Autódromo e o Riocentro. Recebido com grande expectativa por investidores e por boa parcela dos moradores dos condomínios da região, o projeto encontrou resistência entre habitantes, preocupados com a crescente especulação imobiliária no entorno. Para eles, a proposta traria significativo aumento de carros e obras na vizinhança, além de culminar no apagamento da história de bairros como Camorim e Jacarepaguá, marcada pela presença da agricultura familiar, de comunidades remanescentes de quilombolas e de pescadores.<sup>30</sup> O projeto não foi adiante, e o bairro da Barra Olímpica hoje se soma às muitas promessas interrompidas de um futuro nunca realizado.

Não por acaso, a própria nomenclatura Barra Olímpica, anteriormente usada sem parcimônia por agentes imobiliários, é agora raramente empregada, aparecendo residualmente em alguns poucos anúncios encontrados na internet. A ideia da Barra Olímpica é, hoje, uma ruína. Vemos, assim, que as ruínas olímpicas, assim como as modernistas, inscrevem no mapa urbano a falência de um certo projeto de cidade, encampado pelas grandes construtoras e pela conjuntura política do começo dos anos 2010. Elas são, entretanto, também as marcas da falência de um projeto de futuro em particular.

O diagnóstico do fiasco do legado olímpico não dá conta, porém, das complexidades que atravessam as muitas dinâmicas ali acumuladas no decorrer dos últimos anos. Afinal, à sombra das ruínas, a vida cotidiana dos trabalhadores e moradores que continuam tentando ganhar a vida e construir seus próprios futuros segue transformando a paisagem da região e sua integração com o restante da cidade. Ao falar dos “futuros alternativos do modernismo”, James Holston (1996, p. 251) chama atenção para a importância da separação analítica entre o planejamento utópico dos arquitetos e urbanistas e o plano do possível. Nas frestas da distância entre essas duas dimensões,

surtem aquilo que o autor chama de “formas insurgentes do social”, que “de diferentes maneiras legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado” (HOLSTON, 1996, p. 248). Modos variados de experimentação da cidade resultariam, assim, na emergência de novas formas de cidadania, fruto das muitas disputas que marcam o processo ininterrupto de (re)invenção e (re)significação do espaço urbano.

Um breve passeio pela Barra Olímpica revela as muitas insurgências que dão vida às ruínas olímpicas, produzindo paisagens e dinâmicas que se consolidam à revelia dos ambiciosos planos para a região. Passados três anos dos Jogos, o mercado de quitinetes permanece dinâmico. A favela Asa Branca, que fica a 800 metros do Ilha Pura e teve parte de suas casas removidas para a implementação do BRT, segue crescendo e se mantém como uma centralidade importante em termos de serviços para todo o entorno. Os vazios e arestas deixados pelo processo de remoção quase total da Vila União de Curicica, na comunidade vizinha, o Village, foram rapidamente transformados.<sup>31</sup> O tecido urbano se recompôs sob o viaduto da Transolímpica, e os estabelecimentos comerciais se mantêm, apesar da crise econômica.

Um olhar etnográfico sobre a região permite, assim, perceber que o fracasso do legado olímpico convive com – e, em muitos sentidos, ampara – formas insurgentes de experimentação daquela parcela da cidade. Se, por um lado, o futuro idealizado por urbanistas, empresários e políticos está hoje em ruínas, outros futuros são cotidianamente construídos pelos moradores das favelas que compõem a paisagem local. Acompanhando AbdouMaliq Simone (2004), sugerimos, assim, que as ruínas olímpicas não apenas encobrem, mas também constituem uma infraestrutura social altamente urbanizada (SIMONE, 2004, p. 407). Afinal, se, conforme defende o autor, tomarmos as pessoas e suas atividades como infraestruturas, percebemos que os vazios deixados pela Barra Olímpica idealizada aglutinam práticas de colaboração entre a população mais pobre, resultando na reprodução da vida na cidade e, não em menor medida, da própria cidade.

Essa perspectiva permite perceber que, apesar da aparente oposição – alimentada pelo olhar sobre o fracasso do urbanismo olímpico – as ruínas e o crescimento urbano fazem parte de um mesmo processo de transformação ainda em curso na região. Rejeitando uma análise linear e unidimensional sobre a Barra Olímpica, defendemos, assim, que os projetos e as formas urbanas que a criaram, bem como o seu esgarçamento, só podem ser compreendidos se levadas em conta as muitas camadas materiais e temporais que a definem. É Bernard Lepetit (2001) quem nos lembra que a cidade não dissocia, ao contrário “faz convergirem, num mesmo momento, os fragmentos de espaços e hábitos vindos de diversos momentos do passado” (LEPETIT, 2001, p. 141). Desse modo, refletir sobre os muitos futuros e ruínas que dão forma à Barra Olímpica de hoje, bem como à sua história, implica atentar para o fato de que a cidade nunca é totalmente sincrônica, uma vez que

o tecido urbano, o comportamento dos cidadãos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas ao mesmo tempo, a cidade se materializa no presente. Ou melhor: ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apoia toda a carga temporal (*ibid.*, p. 143).

Não estão disponíveis dados atualizados sobre o crescimento populacional da região. Os números do Censo 2010 nos dão, entretanto, algumas pistas das proporções do fenômeno que buscamos analisar a partir do caso específico da Barra Olímpica. Entre os anos 2000 e 2010, os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro tiveram um crescimento populacional superior a 100%, enquanto a taxa de crescimento da cidade foi de 7,9%. O dado contrasta, por exemplo, com o caso da Zona Sul da cidade, onde o crescimento foi tímido, e diversos bairros perderam moradores. Dados fornecidos pela Ademi mostram que 68,5% de todas as unidades habitacionais lançadas na cidade entre 2005 e 2010 estavam concentradas em quatro bairros da Zona Oeste: Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Recreio e Campo Grande. Além disso, dos dez bairros cariocas mais populosos em 2010, sete ficam na região.<sup>32</sup> Os números revelam, ao mesmo tempo, que a Zona Oeste concentra o maior número de domicílios vazios. Em Camorim, por exemplo, endereço oficial do Ilha Pura, apesar do impressionante crescimento de 150% em uma década, 41% dos domicílios não tinham moradores no momento da pesquisa.

Em breve, um novo Censo poderá fornecer dados que permitam acompanhar os padrões de crescimento da região entre 2010 e 2020, oferecendo novos parâmetros para uma análise sobre o seu desenvolvimento. Conforme procuramos demonstrar ao longo deste texto, mais do que informações sobre uma área específica, trata-se de dados que nos permitem refletir sobre o processo mais amplo de crescimento urbano do Rio de Janeiro, cuja história se constrói, reiteradamente, a partir de seus tantos futuros em ruínas.

---

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo condensa os resultados de múltiplas frentes e projetos de pesquisa, sendo uma delas a dissertação de mestrado de Lilian Amaral de Sampaio, intitulada *Curicica: De fim de mundo à Barra Olímpica* e defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio na forma de bolsa de produtividade em pesquisa de Mariana Cavalcanti desde 2015 e na forma de edital universal concedido em 2013 para o projeto “A Construção Social, Material e Simbólica da Dita Barra Olímpica, entre Condomínios e Quitinetes” (2013-2016). A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) também apoiou parte das pesquisas realizadas para este artigo, na forma de duas bolsas Jovem Cientista do Nosso Estado para Julia O'Donnell e Mariana Cavalcanti, com os projetos “Urbanismo, Sociabilidade e Moradia na Invenção da Barra Olímpica” e “Antropologia e Urbanismo nas Margens da Cidade: Etnografias da produção de moradia de baixa renda no Rio de Janeiro em transformação”, respectivamente. Finalmente, somos gratas ao apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por meio de bolsa Prociência para o projeto “Cidade e Moradia no Rio de Janeiro Metropolitano: Aportes teóricos e experiências etnográficas (2017-2020)”. Agradecemos ainda à Corcovado Arquitetura pelo uso de seu acervo em todas as pesquisas acima listadas e neste artigo.

<sup>2</sup> Restam ainda da gleba original duas parcelas a serem ocupadas: uma de frente para a lagoa, cuja construção de outras torres – mais valorizadas – viriam a bloquear parcialmente a vista dos blocos atuais, e outra junto à Estrada dos Bandeirantes.

<sup>3</sup> O PEU das Vargens foi promulgado em 27 de outubro de 2009 (lei complementar nº 104, de 27 de novembro de 2009), criando novas regras de ocupação para os seguintes bairros da Baixada de Jacarepaguá: Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim, Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá. As novas normas urbanísticas previam, porém, um adensamento incompatível com as peculiaridades geográficas da região. Em 2013, após inúmeras manifestações da sociedade civil, foi editado o decreto nº 37958/2013, que revoga a LC 104/2009. No entanto, as chamadas “áreas olímpicas” permaneceram dentro dos parâmetros da LC 104/09.

<sup>4</sup> Até o fechamento deste texto não havia dados oficiais sobre o número de unidades vendidas. Em artigo publicado em 22 de novembro de 2018, a revista *Veja Rio* afirma que até então haviam sido vendidos 350 dos 1.500 apartamentos disponíveis, e 70 famílias viviam no condomínio.

<sup>5</sup> Segundo reportagem do *Jornal do Brasil* de 4 de julho de 1988, 5.785 pessoas votaram “sim”, 354 votaram “não” e 78 corresponderam a votos nulos e brancos. Com isso, o quórum mínimo não foi atingido; eram necessários ao menos 23.978 votos para que a votação fosse validada e o total de votantes foi de apenas 6.217.

<sup>6</sup> De acordo com Diana Lima (2008), a associação dos moradores da Barra a um ethos “emergente”, caracterizado pela associação do sucesso à combinação entre acúmulo material e consumo conspícuo, foi fortemente influenciada pela mídia, que passou a usar o termo de forma pejorativa. Ao longo dos anos, porém, o estilo de vida emergente teria passado por um processo de resignificação, passando a ser valorizado inclusive por moradores da Zona Sul carioca, local de moradia das elites tradicionais da cidade.

<sup>7</sup> Censo IBGE 2010.

<sup>8</sup> Para efeito de comparação, Copacabana manteve sua população estável em torno 140 mil habitantes desde o ano 2000 e não há perspectiva de crescimento nos próximos anos.

<sup>9</sup> A praia de Copacabana foi definitivamente incorporada ao cotidiano de lazer do carioca no final da década de 1920, em processo que se estendeu para Ipanema e Leblon nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente (O'DONNELL, 2013).

<sup>10</sup> A expressão é emprestada do título do livro de Alain Corbin (1989), *O território do vazio*, em que o autor busca recuperar a história do desejo da beira-mar na Europa entre 1750 e 1840.

<sup>11</sup> Nesse ano o então presidente Juscelino Kubitschek oficializou a transferência da capital do país para Brasília.

<sup>12</sup> Francisco Negrão de Lima foi governador do Estado da Guanabara entre dezembro de 1965 e março de 1971. Dentre as obras feitas em sua gestão estão a Perimetral – que só seria concluída quase 20 anos depois, e demolida em 2014 –, a criação da Companhia de Transportes Coletivos (CTC) e a implantação do sistema de ônibus elétricos na Zona Sul, em substituição aos bondes. Fez também aprovar a lei das garagens, obrigando as novas construções a terem espaços para estacionamento de automóveis.

<sup>13</sup> A área de abrangência do Plano tem 120km<sup>2</sup>, o que corresponde a seis vezes o território de toda a Zona Sul da cidade.

<sup>14</sup> Para uma análise sobre a construção de paisagens na Barra da Tijuca sob uma perspectiva antropológica, ver a tese de Rachel Pateman (2017).

<sup>15</sup> No Brasil, o melhor exemplo desse modelo são as superquadras de Brasília, que ainda hoje guardam algumas daquelas características.

<sup>16</sup> Tradução das autoras.

<sup>17</sup> Nos primeiros dez anos de implantação do Plano Piloto, os projetos de edificação na Barra da Tijuca eram submetidos à apreciação da equipe técnica da Sudebar, que analisava, caso a caso, a adequação às normas e diretrizes estabelecidas pelo plano urbanístico. Era uma época, afirma Lucio Costa, em que se “discutia francamente os projetos para a região com as partes interessadas e (se) exercia controle sobre os excessos” (FREITAS, 1988).

<sup>18</sup> Nenhum desses estabelecimentos está ainda em funcionamento. O Terra Encantada encerrou suas atividades em 2010; o Rio Water Planet, em 2018; e o Wet n' Wild, em 2001.

<sup>19</sup> Como aponta Gilberto Velho, isso “só é possível em uma sociedade em que exista uma identificação entre local de residência e prestígio social de tal forma acentuada que a simples mudança de bairro possa ser interpretada como ascensão social, mesmo não havendo alterações na ocupação ou na renda das pessoas em pauta. (...) Essa sociedade é, para essas pessoas, constituída por estratos que têm como uma de suas definições essenciais a sua distribuição espacial, que vai ser fundamental para definir o status dos indivíduos, atribuindo-lhes mais ou menos vantagens ou privilégios que são, basicamente, as oportunidades de acesso a determinados padrões materiais e não-materiais” (VELHO, 1989, p. 89).

<sup>20</sup> Conforme anunciava a página oficial da competição.

<sup>21</sup> O condomínio Rio 2 foi construído na década de 1990, quando foi anunciado pela Carvalho Hosken como o primeiro bairro planejado da cidade.

<sup>22</sup> Para uma análise da categoria “sertão carioca” e de seu uso ao longo do tempo, ver Luz Stella Rodríguez Cáceres (2019).

<sup>23</sup> Esses dados foram produzidos a partir da pesquisa e da experiência profissional de duas das autoras deste texto como consultoras da Corcovado Arquitetura por ocasião da elaboração do diagnóstico consolidado que subsidiaria o projeto

executivo centrado nas favelas da região, que seria implantado como parte do programa Morar Carioca, lançado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2010. Essa vertente do Morar Carioca foi cancelada no início de 2013 pela Prefeitura. Sobre o programa e a experiência das autoras, ver: Sampaio (2014) e Cavalcanti (2017).

<sup>24</sup> Para uma análise do processo de adensamento urbano do bairro de Copacabana, ver Velho (1989) e O'Donnell (2013).

<sup>25</sup> Os primeiros moradores se mudaram para o Ilha Pura em junho de 2018.

<sup>26</sup> No momento, estão à venda apartamentos de dois, três e quatro quartos, com 77m<sup>2</sup> a 325m<sup>2</sup>. Os preços vão de 540 mil reais a 2,5 milhões de reais. Até agora, das 1.500 unidades disponíveis, foram vendidas 350, e 70 famílias vivem no condomínio.

<sup>27</sup> O nome Athaydeville foi dado em homenagem a Múcio Athayde, fundador da Desenvolvimento Engenharia.

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, Musumeci (2017).

<sup>29</sup> Projeto de lei nº 807/2010.

<sup>30</sup> Abaixo-assinado criado na plataforma Avaaz, intitulado "Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro: Não queremos ser 'Barra Olímpica'! Não aprovem o PL 807/2010". Em 23 de abril de 2017, o documento contava com 171 assinaturas.

<sup>31</sup> A Vila União de Curicica foi removida entre 2014 e o início de 2015, por conta das obras da Transolímpica. A primeira leva dos removidos foi para apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida na Colônia Juliano Moreira; a segunda, para o Parque Carioca, também do Minha Casa, Minha Vida, mas construído originalmente para receber moradores de renda mais alta. Para ele também foram removidas dezenas de famílias da Vila Autódromo.

<sup>32</sup> São eles Campo Grande (328,3 mil), Bangu (243,1 mil), Santa Cruz (217,3 mil), Realengo (180,1 mil), Jacarepaguá (157,3 mil), Barra da Tijuca (135,9 mil) e Guaratiba (110 mil). Completam a lista: Tijuca (163,8 mil), na Zona Norte, Copacabana (146,3), na Zona Sul, e Maré (129,7 mil), na Zona Norte.

## Referências

- ABRAMO, Pedro. “O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: Um marco metodológico”. *In: ABRAMO, Pedro (org.). Favela e mercado informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: Antac, 2009, pp. 14-47.
- ABRAMO, Pedro; PULICI, Andrea. “Vende-se uma casa: O mercado imobiliário informal nas favelas do Rio de Janeiro”. *In: ABRAMO, Pedro (org.). Favela e mercado informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*. Porto Alegre: Antac, 2009, pp. 200-225.
- CÁCERES, Luz Stella. **Desbravando o sertão carioca: Etnografia da reinvenção de uma paisagem**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAMARGO, Paula. **As cidades, a cidade: Política e arquitetura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2012.
- CAVALCANTI, Mariana. “Vida e Morte do ‘Agrupamento 26’: Breve etnografia do Morar Carioca na dita ‘Barra Olímpica’”. **Revista de Antropologia**, vol. 60, n. 3, pp. 211-235, 2017.
- CORBIN, Alain. **O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORRÊA, Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1976.
- COSTA, Lucio. **Plano piloto para urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá**. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Imagem, 1969.
- FERREIRA, Carlos Eduardo Nunes. **Barra da Tijuca: O presente do futuro**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.
- GUPTA, Akhil. “The Future in Ruins: Thoughts on the Temporality of Infrastructure”. *In: ANAND, Nikhil; GUPTA, Akhil; APPEL, Hannah (orgs.). The Promise of Infrastructure*. Durham e Londres: Duke University Press, 2018, pp. 62-79.
- HOLSTON, James. “Espaço da cidadania insurgente”. **Revista do Iphan**, n. 24, pp. 243-254, 1996.
- JAGUARIBE, Beatriz. “Ruínas modernistas”. **Lugar Comum**, vol. 9, n. 1, pp. 99-115, 1997.
- JAGUARIBE, Beatriz. **Rio de Janeiro: Urban Life through the Eyes of the City**. Nova York: Routledge, 2014.
- LEEDS, Anthony; CAVALCANTI, Mariana. “Quanto vale uma favela”. **Sociologia & Antropologia**, vol. 8, n. 3, pp. 831-848, 2018.
- LEITÃO, Gerônimo. “Transformações na estrutura socioespacial das favelas cariocas: A Rocinha como um exemplo”. **Cadernos MetrÓpole**, n. 18, pp. 135-155, 2007.

- LEMOS, Luiz Henrique. **Posição social, consumo e espaço urbano**: Um estudo sobre a dinâmica socioespacial nas áreas nobres do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- LEPETIT, Bernard. A cidade moderna na França. Ensaio de história imediata. *In*: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 45-86.
- LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Sujeitos e objetos do sucesso**: Antropologia do Brasil emergente. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- LIPPI, Lúcia. “A conquista do espaço: Sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 5, pp. 195-215, 1998.
- MARTINS, José de Souza. “O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. **Tempo Social**, vol. 8, n.1, pp. 25-70, 1996.
- MUSUMECI, Leonarda. **UPP: Última chamada**. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cesec, 2017.
- NEVES, Margarida. **Brasil, acertai os vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: Mast, 1992.
- O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PANDOLFI, Dulce. “Betinho e as manifestações”. **Ibase**, Rio de Janeiro, 5 ago. 2013. Disponível em: [https://ibase.br/pt/noticias/para\\_betinho/](https://ibase.br/pt/noticias/para_betinho/)
- PATERMAN, Rachel. **No princípio, a paisagem**: Identidade e transformações urbanas em projetos de Fernando Magalhães Chacel (1931-2011). Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SAMPAIO, Lilian Amaral de. Curicica, de “fim do mundo” a “Barra Olímpica”. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
- SIMONE, AbdouMaliq. “People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg”. **Public Culture**, vol. 16, n. 3, pp. 407-429, 2004.
- VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

#### Fontes da imprensa

- BASTOS, Pedro Paulo. “O ano em que a Barra quase saiu do mapa do Rio”. **Veja Rio**, 27 fev. 2012.
- CARNEIRO, Marcelo. “A Barra que Lucio Costa não previu”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1994.
- CERQUEIRA, Sofia; PESSOA, Daniela. “Herança maldita”. **Veja Rio**, 13 nov. 2017.
- ESTOU indo à escola, fique sossegada mamãe. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 50, n. 15.257, p. 5, 12 jul. 1975.

- FREITAS, João Baptista de. “Lucio Costa teme que a emancipação prejudique a Barra”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 98, n. 30, p. 16, 8 mai. 1988.
- LUCIO Costa concorda em assumir a chefia da equipe que urbanizará a Barra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 78, n. 133, pp. 10, 12 set. 1968.
- OMISSÃO. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 78, n. 125, p. 6, 3 set. 1968.
- OSMAN, Ricardo. “Emancipação da Barra: Defensores querem a nova Beverly Hills”. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 62, n. 19.600, p. 28, 1 jul. 1987.
- RIO, ano 2000. **Revista Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ano 41, n. 50, p. 32, 12 set. 1968a.
- RIO deixa os problemas para o futuro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 78, n. 46, p. 6, 2 jun. 1968b.
- ROHTER, Larry. “Where New Rich Adopt a U.S. Kind of Stylishness”. **New York Times**, Nova York, p. A04, 4 out. 1999. Disponível em: <https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/library/world/americas/100499rio-statueofliberty.html>
- VIVA no paraíso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 80, n. 255, p. 15, 2 jun. 1971.

**JULIA O'DONNELL** ([juliagodonnell@gmail.com](mailto:juliagodonnell@gmail.com)) é professora do Departamento de Antropologia Cultural (DAC) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). É doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRJ e bacharel em história pela Universidade de São Paulo (USP, Brasil).

**LILIAN AMARAL DE SAMPAIO** ([amaraldesampaio.lilian@gmail.com](mailto:amaraldesampaio.lilian@gmail.com)) é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil). É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (FGV, Rio de Janeiro, Brasil) e bacharel em arquitetura pela Universidade Santa Úrsula (USU, Rio de Janeiro, Brasil).

**MARIANA CAVALCANTI** ([cavalcanti.m@gmail.com](mailto:cavalcanti.m@gmail.com)) é professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). É doutora em antropologia pela Universidade de Chicago (UChicago, EUA), mestre em comunicação e cultura pela Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ e bacharel em comunicação pela mesma universidade.

Recebido em: 01/08/2019  
Aprovado em: 26/08/2019